



TERMO JUSTIFICATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de **Pires Ferreira/CE**, através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura**, vem justificar o procedimento de dispensa de licitação, nos termos adiante.

Dispensa de Licitação Eletrônica n.º **DLE/080824.01/SEINFRA**
Objeto: **URBANIZAÇÃO DO ENTORNO DA ARENINHA DELMIRO GOUVEIA.**

1 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A urbanização do entorno da Areninha Delmiro Gouveia é fundamental para melhorar a qualidade de vida da população local e promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da área. Abaixo, destaco algumas justificativas principais:

1. **Segurança e Mobilidade Urbana:** A urbanização adequada proporciona melhores condições de acessibilidade e segurança para os moradores e frequentadores da Areninha. Calçadas bem pavimentadas, iluminação pública e sinalização viária são elementos essenciais para reduzir acidentes e facilitar o trânsito de pedestres e veículos.
2. **Valorização Imobiliária:** A melhoria da infraestrutura urbana tende a valorizar os imóveis da região. Um entorno urbanizado atrai novos investimentos, como comércios e serviços, que estimulam a economia local e geram empregos.
3. **Promoção da Saúde e Bem-Estar:** Com a urbanização, é possível integrar espaços verdes, áreas de lazer e equipamentos públicos que incentivam práticas esportivas e atividades ao ar livre. Isso contribui para a saúde física e mental da população, além de fortalecer o senso de comunidade.
4. **Sustentabilidade Ambiental:** Projetos de urbanização podem incluir soluções sustentáveis, como a instalação de sistemas de drenagem para evitar alagamentos, o plantio de árvores e a implementação de infraestrutura verde. Isso ajuda a preservar o meio ambiente e a melhorar o microclima local.
5. **Incentivo ao Uso da Areninha:** Um entorno mais organizado e agradável pode aumentar a frequência de uso da Areninha Delmiro Gouveia, tornando-a um ponto de encontro e convivência social. Isso reforça o papel do espaço como um equipamento público essencial para a comunidade.
6. **Redução da Desigualdade Social:** A urbanização contribui para reduzir desigualdades ao garantir que todos os moradores, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a uma infraestrutura urbana de qualidade. Isso promove a inclusão social e melhora a qualidade de vida em geral.

Essas justificativas demonstram que a urbanização do entorno da Areninha Delmiro Gouveia não é apenas uma necessidade para melhorar a infraestrutura, mas também uma estratégia para promover o desenvolvimento sustentável e a coesão social na região.



2 – JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

A supremacia do interesse público fundamenta a exigência como regra geral de licitação para contratação da Administração Pública. No entanto existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

Assim, é de se concluir que, em se tratando de contrato administrativo, a dispensa deve ser a exceção, ocorrendo apenas nos restritos casos autorizados pela lei. Essa previsão é plenamente justificável quando a hipótese se encaixar nos cânones legais enunciados nos distintos casos em que o contrato a ser travado pode ser concretizado independentemente de licitação.

Em razão, de os serviços essenciais não poderem sofrer situação de continuidade, e entre esses o serviço pretendido é imprescindível, de uso, que se destina especialmente a execução dos serviços públicos para fruição e manutenção do desenvolvimento do conhecimento desejado.

3 – FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 14.133/21, ressalvados os casos em que a administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.

"Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." E também, a seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de



qualificação técnica e econômica indispensável a garantia do cumprimento das obrigações.
(Grifado para destaque)

4 – FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA:

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação dispensável, pois a justificativa da contratação já delineada no Termo de Referência, parte integrante deste processo administrativo, fica caracterizada como tal.

Segundo a Lei Federal nº 14.133/21, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a **contratação direta** para o serviço pretense, mediante dispensa de licitação, conforme artigo 75, I do referido diploma, *in verbis*:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia..."

(Grifado para destaque)

O valor em destaque acima sofreu atualização através do disposto no Art. 1º, do **Decreto Federal nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023**, passando a prevalecer o valor de R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos). E para o presente processo o melhor valor proposto se concentrou dentro da margem estabelecida.

Por tudo exposto, resta sobejamente provado que a Dispensa de Licitação para o serviço pretendido, mostra-se indispensável.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (*e deve*) efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contratação direta, conforme estabelece o artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

5 – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre o fornecedor: **CENPEL-CENTRO NORTE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.502.041/0001-08.**

Considerando as cotações de preços, comprova-se que a contratação se dá considerando os preços praticados no mercado, para que não haja prejuízo à Administração.



Vê-se, pois, que a administração contrata a empresa que oferece a proposta mais vantajosa, conforme os ditames da Lei Federal nº 14.133/21. No presente caso, fora a empresa supracitada, sobre a qual recaiu a contratação, apresentando o menor preço, justificando proposta mais vantajosa para a Administração.

6 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso VII, do Art. 72 da lei de licitações.

Tratando-se de licitação dispensável, ou seja, quando em tese há a possibilidade de competição, mostra-se pertinente a realização de pesquisa de preço colimando apurar o valor de mercado da referida contratação.

Através de coletas de preços, restou devidamente comprovado que os valores a serem pagos ao possível contratado encontram-se em conformidade com a média do mercado específico, segundo Termo de Referência constante dos autos. Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com o menor preço do mercado específico, e que o valor total do serviço será de **R\$ 95.990,00 (noventa e cinco mil novecentos e noventa reais)**.

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal e correrão por conta da classificação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Fonte de Recursos: recurso próprio

Programa de Trabalho: 0701 15 451 0007 1.014

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00

Pelo exposto, submeto o presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação e anexos à devida autorização.

Pires Ferreira/CE, 02 de setembro de 2024.

Luiz Carlos Do Nascimento

Secretário E Ordenador de Despesas Da Secretaria Municipal De
Infraestrutura